



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

ÁUREA CRISTINNE DA SILVA GOMES

**UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DO SER MULHER(ES) NAS CAMPANHAS  
PUBLICITÁRIAS DA SECRETARIA DAS MULHERES E DOS DIREITOS  
HUMANOS DE ALAGOAS**

MACEIÓ-AL

2023

ÁUREA CRISTINNE DA SILVA GOMES

**UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DO SER MULHER(ES) NAS CAMPANHAS  
PUBLICITÁRIAS DA SECRETARIA DAS MULHERES E DOS DIREITOS  
HUMANOS DE ALAGOAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para conclusão do curso de Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas, sob orientação da Profa. Dra. Telma Low Silva Junqueira do Instituto de Psicologia/IP da Universidade Federal de Alagoas/UFAL.

MACEIÓ-AL  
2023

# UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DO SER MULHER(ES) NAS CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS DA SECRETARIA DAS MULHERES E DOS DIREITOS HUMANOS DE ALAGOAS

*Áurea Cristinne da Silva Gomes<sup>1</sup>*

*Telma Low Silva Junqueira<sup>2</sup>*

## **RESUMO:**

Este trabalho tem como objetivo entender de que forma ocorre a apresentação das mulheres alagoanas nas mídias do Estado e refletir se os sentidos produzidos por essas mídias estão de acordo com as realidades experienciadas pelas mulheres, levando em conta as diversas multiplicidades de recortes sociais que podem estar presentes. Dessa forma, foram analisadas campanhas publicitárias do Instagram da Secretaria Municipal da Mulher e dos Direitos Humanos de Alagoas. Assim, este trabalho foi construído a partir de uma análise feminista, e em torno do conceito de interseccionalidade a partir de autoras como Carla Akotirene, Lelia Gonzalez e Leticia Nascimento, a fim de entender as diferentes formas de experienciar a realidade do ser mulher(es) alagoanas. Portanto, segui a discussão com ênfase em três eixos principais, cada um sobre uma temática específica: 1) valorização da cultura alagoana; 2) Violência contra as mulheres; 3) Padrões de gênero e corpo feminino. De modo geral, as publicações evidenciam algumas temáticas que necessitam de mais atenção por parte do Estado e órgãos públicos como a questão das marisqueiras, das mulheres vítimas de violência e da população transsexual e travesti. Por isso é imprescindível a apresentação de mulheres que também rompam com os padrões cis-heteronormativos de gênero e a criação de políticas públicas que atendam às mulheres alagoanas em suas diversidades de modos de ser.

**Palavras-chave:** Campanhas Publicitárias; Mulheres; Políticas Públicas; Interseccionalidade.

---

<sup>1</sup> Graduanda de psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (IP/Ufal), e-mail: [aurea.gomes@ip.ufal.br](mailto:aurea.gomes@ip.ufal.br)

<sup>2</sup> Professora adjunta do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (IP/Ufal), e-mail: [telma.low@ip.ufal.br](mailto:telma.low@ip.ufal.br).

## 1. INTRODUÇÃO

Durante minha trajetória dentro da Universidade busquei seguir caminhos que se relacionassem com os sentidos que eu queria produzir para além da esfera acadêmica, que conseguisse ultrapassar os muros institucionais, e chegar mais próximo da minha realidade, como mulher, branca, cis, moradora da cidade de Maceió e residente no Estado de Alagoas. Por isso, inicio falando sobre um dos elementos de destaque do meu Estado, as águas, que carregam muito da história do nosso país. Assim, vou seguir de acordo com o pensamento de Carla Akotirene (2020), que cita o papel das águas dos atlânticos para o processo de escravização e precursor das opressões cruzadas. Desse modo, neste artigo proponho velejar de encontro às encruzilhadas inscritas pelos caminhos das águas dos atlânticos em busca de um saber ancestral produzido na/pela/através da cultura, dos recortes sociais e das mulheres alagoanas.

Nesse sentido, sempre questioneei o porquê de nossa cultura, história e musicalidade ser apresentada em sua maioria de um lugar de hegemonia na sociedade. Como por exemplo o fato de aprendermos muito sobre os Marechais do Estado como Marechal Deodoro, que foi um homem militar, branco de elite, e tão pouco sobre a história da Quebra de Xangô, que foi um ato de violência protagonizado por militares contra as pessoas de religiões de matriz africana, grande maioria pretas e pardas (SALES, 2020). Pergunto-me por que isso acontece? Já que as pessoas pretas e pardas não representam uma minoria estatisticamente, pois, de acordo com dados do IBGE (2019), correspondem a 73,4% da população do Estado. Além disso, em relação ao total da população, o gênero que está em maioria são as mulheres, mesmo assim essa população é de certa forma invisibilizada e apagada dentro da história e dos espaços de representação pública e política do Estado.

Diante desse cenário, ao pesquisar meios que se propõem a representar e visibilizar as mulheres alagoanas, me interessei em realizar uma pesquisa no Instagram da Secretaria de Estado das Mulheres e dos Direitos Humanos (SEMUDH-AL<sup>3</sup>). No intuito de buscar compreender como essa Secretaria tem pensado e apresentado às mulheres alagoanas, questionando quem são essas mulheres, como elas são, se há diversidade no quesito cor/raça, classe social,

---

<sup>3</sup> <https://www.instagram.com/semudh.al/>

orientação sexual, deficiência, geração, identidade de gênero, entre outros. Ou seja, se as campanhas expressam a diversidade de mulheres e suas realidades.

A partir disso, me interessei em analisar as campanhas publicitárias presentes no Instagram da SEMUDH-AL, visto que, nas últimas décadas, podemos perceber um aumento crescente no consumo e disseminação das redes sociais, no qual esses sites viraram importantes instrumentos de divulgação de informação. A internet gerou ambientes de fácil acesso, lúdicos e envolventes para seus(suas) usuários(as) e, para potencializar suas ferramentas de comunicação, diversos órgãos públicos assumiram um perfil oficial nas redes como uma estratégia de transmissão de informações para o público, intensificando a busca de publicizar seus objetivos (BORGES; LESSA; OLIVEIRA, 2014).

Portanto, a escolha da Semudh-AL se deu pela sua missão enquanto secretária, que de acordo com o que consta no site<sup>4</sup> tem “o intuito de promover uma articulação de políticas públicas que contribuam para alcançar melhores indicadores sociais e conseqüentemente uma melhor qualidade de vida para as alagoanas” (SEMUDH-AL). Ademais, seu plano de ação tem o intuito de:

Atuar para garantir a aplicabilidade da lei Maria da Penha, como uma das formas de combate a violência contra a mulher, assim como a busca pela capacitação e ampliação do mercado de trabalho que absorva a mão de obra feminina. O enfrentamento ao preconceito e a violência contra a diversidade, seja de orientação sexual, identidade de gênero, religiosa, de raça ou de etnia, além de promover a comunicação e o acesso aos serviços públicos para pessoas com Deficiência, também faz parte de nossas metas (SEMUDH-AL).

Neste trabalho, vou utilizar o conceito de encruzilhadas que, segundo Carla Akotirene (2020, p 19), são “As avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo”, ou seja, são os marcadores sociais que perpassam e subjetiva as vivências de cada mulher, entendendo como colisões entre as avenidas identitárias marcadas pelas estruturas de opressão que demarcam o grau de subalternidade na sociedade, em relação às estruturas hegemônicas de poder. Nesse sentido, como Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) explicam, é de suma importância reconhecer a interseccionalidade enquanto estrutura que atravessa os diferentes modos de ser e de existir, quando dizem em seu livro que:

---

<sup>4</sup> <http://www.mulheresdireitoshumanos.al.gov.br/institucional>

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS; BILGE, 2021, p.16).

Portanto, procuro construir este trabalho rompendo com uma visão ainda hegemônica de fazer pesquisa, baseada na imparcialidade, distanciamento da pesquisadora com o que se propõe a estudar e de uma visão cisheterobrancopatriarcal do discurso científico. E irei seguir em consonância com a perspectiva de pesquisadora-encarnada idealizada por Suely Messeder (2020), a partir da concepção de uma escrita ativa subjetiva por parte do(a) pesquisador(a), que nega a existência de um fazer pesquisa de modo imparcial, acreditando em um formato de pesquisa que entende a necessidade de escrever com o corpo, ou seja, escrever enquanto sujeito parcial.

Por isso irei buscar alicerces nas teorias feministas para fundamentar as discussões, com finalidade de analisar as campanhas publicitárias da Semudh-AL em torno das mulheres alagoanas, tendo em vista os diferentes tipos de vivências que podem perpassar os significados de ser mulheres e criam múltiplas formas de existências interseccionais, permeando recortes de raça, classe social, orientação sexual, faixas etárias, entre outras.

## **2. METODOLOGIA**

Esta pesquisa qualitativa se propõe a analisar campanhas publicitárias da Secretaria Municipal da Mulher e dos Direitos Humanos de Alagoas (SEMUDH-AL), presentes na plataforma Instagram e publicadas no período de janeiro de 2021 a dezembro de 2022, em busca de pensar sobre os sentidos produzidos em torno das mulheres do Estado. A fim de compreender de que forma essas mulheres são apresentadas nessas campanhas, e se essas apresentações conseguem abarcar os diferentes tipos de feminilidades e mulheridades, que percorrem marcadores interseccionais de gênero, raça, classe social, orientação sexual, deficiência, religiosidades, geração entre outros fatores, que constituem o ser mulher(es) alagoana(s).

Para tanto, foi realizada uma seleção das imagens utilizadas no perfil da SEMUDH-AL no Instagram, com foco em publicações que apresentam figuras femininas, tanto em sua narrativa, como em sua imagem. Acessei a plataforma do Instagram no perfil da SEMUDH, no período de março de 2023 a abril de 2023, com o intuito de selecionar as imagens, fazendo uma busca geral, que totalizava 654 postagens. Após isso, realizei a seleção nas 654 postagens das imagens que apresentavam figuras femininas, obtendo um total de 28 postagens. Logo mais, decidi analisar as publicações que se alinham com os objetivos da pesquisa, que se refere a busca por compreender como a secretaria tem pensado e apresentado em seu Instagram as mulheres alagoanas, questionando quem são essas mulheres, como elas se parecem e se elas expressam a diversidade de cor/raça, classe social, orientação sexual, deficiência, geração e identidade de gênero e se essas apresentações se aproximam das realidades dessas mulheres.

Dessa forma, trouxe temáticas que contemplam alguns recortes sociais, divididos em 3 segmentos: Campanhas destinadas à valorização da cultura alagoana; Campanhas destinadas à temática da violência contra as mulheres; Campanhas destinadas à discussão sobre padrões de gênero e corpo feminino. Assim, foram utilizadas 3 postagens, sendo a primeira “Manual da mulher alagoana”, com um total de 4 imagens em sequência; a segunda intitulada “Dia Nacional da Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra a mulheres”, com um total de 2 imagens; e a última com o título “Entendendo Sobre Expressão de Gênero” com 1 imagem para ser analisada, no qual totalizam 7 imagens.

No processo de análise utilizei como referencial autoras que constroem as teorias feministas como Carla Akotirene, Patricia Hill Collins, Lélia Gonzalez e Leticia Nascimento entre outras, para me auxiliar nas discussões presentes diante dos diálogos que tecei com e nas campanhas publicitárias.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

#### **3.1 Campanhas destinadas para a valorização da cultura alagoana**

**Figuras 1, 2, 3 e 4 - Manual da mulher alagoana (08/03/2022)**



Fonte: Instagram da Semudh.al, 2022<sup>5</sup>

A primeira imagem a ser analisada é para celebrar o dia internacional das mulheres (Figura 1, 2, 3 e 4), no dia 8 de março. É uma campanha que se propõe a apresentar algumas das características das mulheres de Alagoas, com um fundo de cores roxo e bege.

As imagens compõem a publicação com título “O manual da mulher alagoana”, e possui 4 imagens sequenciais, com fundos de cores roxo e bege, no qual a primeira apresenta uma mulher preta com cabelos cacheados, na segunda imagem intitulada “Ela é Marisqueira” possui uma mulher negra de pele clara, usando um avental e um lenço na cabeça e manuseando uma faca, em que corta um peixe, a imagem seguinte intitulada “Carrega no peito a fé em Jeová e a Força

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/semudh.al/>. Acesso em: 24/03/2023.

de Yemanjá” mostra uma imagem de Yemanjá ao fundo e formas que simulam ondas, a última imagem com o título “aqui nascem Nises, Martas, Dandaras, Marias, Márias, Myllys, Lindas, Rosas e Anas” com a figura de duas mulheres ao fundo: Marta e Nise da Silveira.

Essa campanha tem como objetivo, de acordo com a legenda da publicação, entender o que constitui “o sangue da mulher alagoana”. A imagem “Ela é Maria, mãe e marisqueira” apresenta a figura da Marisqueira que trabalha na produção do sururu, alimento tipicamente alagoano que é considerado patrimônio imaterial de Alagoas (G1, 2021). O modo que a imagem é apresentada é muito interessante porque traz uma visibilidade para essa profissão que é tão marginalizada, além de complementar falando sobre a dupla jornada, juntamente com a função de ser mãe, que a maior parte das marisqueiras vivenciam.

No documentário marisqueiras, produzido pela ONG Visão Mundial (2017)<sup>6</sup>, podemos ver a extrema dificuldade em relação às condições de trabalho que as marisqueiras enfrentam cotidianamente. Ainda assim, muitas vezes, se deparam com a falta de equipamentos adequados e condições sanitárias, de modo que todo o trabalho de seleção dos mariscos e limpeza são feitos em sua maioria a céu aberto. Dessa forma, como cita Lélia Gonzalez (2020), é possível entender como os caminhos interseccionais de gênero, raça e classe são articulados perante o sistema hegemônico de poder para a construção de espaços de subemprego para essa população:

À questão da funcionalidade da superpopulação, entendemos que grande parte dela se torna supérflua e passa a constituir uma “massa marginal” em face de processo de acumulação hegemônico, representado pelas grandes empresas monopolistas. As questões relativas ao desemprego e ao subemprego incidem exatamente sobre essa população. Assim, gênero e etnicidade são manipulados de modo que, no caso brasileiro, os mais baixos níveis de participação na força de trabalho, “coincidentalmente”, pertencem exatamente às mulheres e à população negra (GONZALEZ, 2020, p.21-22).

Nesse sentido, uma forma de melhorar esta realidade, além de gerar uma remuneração mais justa para a população, são as cooperativas. De acordo com Milani e Oliveira (2021), a produção do sururu através das cooperativas se torna uma alternativa que propicia melhores condições para as participantes, por meio da organização coletiva do trabalho, como é o caso da Cooperativa de Trabalho das Marisqueiras, Mulheres e Guerreiras (COOPMARIS), localizada no bairro do Vergel

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ynLB49b51YE>

do Lago em Maceió. A cooperativa se baseia em uma estratégia para contornar a lógica capitalista de opressão, constituída em sua maioria por mulheres negras e de baixa renda, que se encontram à margem da sociedade.

A promoção de espaços de fortalecimento produzidos por grupos marginalizados nesse caso, pelas mulheres negras, são fundamentais para o desenvolvimento de estratégias de resistência (COLLINS; BILGE, 2021). Assim, foi exatamente às margens da lagoa mundaú que as marisqueiras construíram seu sustento, apesar de se encontrarem em situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, a consolidação de uma cooperativa voltada para a produção do sururu é um modo de resistir ao sistema capitalista e à valorização apenas dos grandes mercados que regem a sociedade, com um movimento de trazer um pouco mais de dignidade em relação às condições de trabalho produzidas por lá, por ser um sistema que propõe um formato de remuneração mais igualitário entre suas participantes (MILANI; OLIVEIRA, 2021).

Patrícia Hill Collins (2021) cita sobre essa relação comunitária de trabalho, dando destaque para as propostas do Ecofeminismo, que denunciam a desvalorização feita pelo patriarcado sobre as mulheres e a natureza. Portanto, é de extrema importância essa articulação dentro das comunidades, se propondo a tomar decisões de forma comunitária que resguardam o interesse coletivo, como é feito nas cooperativas das marisqueiras, para conseguir superar a dicotomia entre trabalho e natureza, e buscar a valorização do âmbito mais regional e local, trazendo a manutenção dessas formas de subsistência.

É muito interessante e importante a Semudh trazer uma publicação sobre as marisqueiras, pois instiga na sociedade a vontade de conhecer mais sobre suas vivências para além das questões de vulnerabilidades, expressando também a relevância do trabalho delas para o Estado, em especial para a culinária alagoana.

Em relação à terceira figura com o título “Carrego no peito a fé de Jeová e a força de Yemanjá”, que faz referência à religiosidade das mulheres alagoanas. Jeová, se refere ao termo hebraico presente na bíblia que significa “Deus”, muito utilizado por religiões que seguem os preceitos judaico-cristãos (DINIZ, 2018). Yemanjá é uma palavra utilizada por religiões de matriz africana, que significa rainha das águas (CALDAS; VASCONCELOS, 2021). Segundo dados do IBGE (2010), a maior parte da população do Estado é composta por pessoas que se alinham à perspectiva cristã, totalizando 89%.

É interessante a forma como a imagem apresenta as duas religiões, visto que a cristã exerce uma hegemonia dentro da sociedade em contraposição às religiões de matriz africana que são historicamente perseguidas e invalidadas a todo o momento. Algo que, segundo Irineia dos Santos (2014), se refere ao lugar social, que é de conflitos, no qual as religiões de matriz africanas estão inseridas, vindo de um longo processo de resgate de ancestralidade que, devido à escravização tentou ser invalidado, mas que volta como forma de resistência e (re)afirmação de identidades afro-brasileiras.

Um dos acontecimentos mais memoráveis de intolerância religiosa do Estado de Alagoas, ocorreu em 1912, intitulado “Quebra de Xangô”, no qual se deu a destruição de terreiros em várias regiões do estado e de modo concomitante, e o espancamento de pessoas religiosas por parte de um grupo de paramilitares aqui do Estado, fomentados pelo ódio a esse segmento religioso (SALES, 2020).

Toda essa luta e resistência pela perpetuação da religiosidade africana só ressalta o quanto as estruturas de poder querem esconder o passado escravocrata que resulta no racismo que permanece ativamente presente, além de mecanismos sociais que são criados para fortalecer privilégios brancos, masculinos, cisgêneros e de pessoas ricas. Como cita Carla Akotirene (2020):

É imperativo conceber a existência duma matriz moderna colonial cujas relações de poder são imbricadas em múltiplas estruturas dinâmicas, sendo todas merecedoras de atenção política (p.19).

Todas essas questões fazem parte da sociedade brasileira, alagoana e atravessam as realidades das mulheres do Estado, trazendo implicações em suas formas de ser, se relacionar e estar no mundo. Por isso é muito importante os grandes veículos de comunicação procurarem discursos alternativos a fim de explorar as vivências dessas mulheres de terreiro de forma ampla, pois é algo que vai além do gênero e que atravessa as avenidas identitárias étnico-raciais, de classe, deficiência, territórios etc.

Ser mulher não é algo que pode ser considerado único ou universal, porque mesmo estando no mesmo local e sendo mulher alagoana eu ainda não posso falar que consigo visualizar a vivência de uma mulher negra marisqueira e/ou de religião de matriz africana presentes nas simbologias do Estado (AKOTIRENE, 2020). Nesse sentido, a interseccionalidade, funciona como instrumento que consegue

demarcar os diferentes tipos de opressão, perante um sistema estrutural racista, capitalista e cis-hetero-patriarcal, presente nas diversas encruzilhadas da vida dessas mulheres (AKOTIRENE, 2020).

Portanto, podemos perceber a quarta e última figura, no qual cita o nome de diversas mulheres alagoanas que foram importantes para a história. Entre eles está Marta, uma mulher alagoana negra e lésbica, que se tornou uma das principais jogadoras de futebol do mundo e com uma vivência baseada na luta contra o machismo que é muito evidente nesse esporte, onde em sua infância sempre precisou se impor para conseguir jogar futebol, pois não era visto como normal uma menina gostar desse esporte. Ela desde cedo lutou contra o sexismo no esporte e hoje faz parte da lista da ONU Mulheres, em que integra um grupo composto pelas 15 mulheres que mais lutaram pelos direitos femininos. Mesmo assim, ainda luta para conseguir salários equivalentes aos dos homens que jogam na mesma modalidade que a sua (SILVA, 2020).

Essas questões também são perceptíveis na história, pois mesmo com tanto destaque ainda é bastante difícil encontrar mulheres, como Marta, em espaços de representação dos Estados, visto que a valorização de nomes ainda é predominantemente voltada para o sujeito universal, o homem branco (RAGO, 1995).

### **3.2 Campanhas destinadas à temática da violência contra as mulheres**

**Figuras 5 e 6 - Dia Nacional de Mobilização dos Homens Pelo fim da Violência  
Contra as mulheres (06/12/2022)**



Fonte: Instagram da Semudh.al, 2022<sup>7</sup>

A primeira imagem a ser analisada está vinculada com a temática de violência contra as mulheres. Essa publicação é composta por duas imagens, a primeira apresenta um fundo cinza com fumaça, ao centro uma mulher branca no qual aparece uma mão masculina tampando sua boca e ela com suas mãos nas dele tentando tirar. A mulher está com uma expressão de medo e aparece com os cabelos despenteados e a maquiagem borrada. Além disso, na imagem aparece a frase “Poderia ser sua mãe, sua irmã, sua tia, sua prima” e abaixo a frase: “Não seja conivente. Denuncie”. Logo abaixo aparece o símbolo de uma mulher acompanhado de “ligue 180” e ao lado o símbolo do estado de Alagoas. Na direita da imagem, escrito verticalmente, está representada uma fita branca, em formato de laço, ao lado de “06 de dezembro, Dia nacional de mobilização dos homens pelo fim da violência contra as mulheres”.

A segunda imagem retrata um fundo cinza, a frente de uma mulher branca e loira com o olho roxo e um homem, também branco, por trás dela com a mão tampando a boca dela acompanhado da frase “É seu amigo, mas a integridade física dela vem em primeiro lugar”, e abaixo a frase “Não seja omissos. Denuncie”. No canto inferior direito aparece o símbolo do Estado de Alagoas.

Essa publicação foi realizada com o intuito de conscientizar os homens sobre a desconstrução do machismo e contribuir para o fim da violência contra as

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/semudh.al/>. Acesso em:03/04/2023.

mulheres. No Brasil existe a lei Maria da Penha, promulgada, no dia 7 de Agosto de 2006, no qual se tornou crime cometer atos de violência contra as mulheres, como cita o 2º Art. do código penal:

Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (Brasil, 2006).

A Campanha Brasileira do Laço Branco instituída para mobilizar, engajar e conscientizar os homens pelo fim da violência contra as mulheres, no dia 6 de dezembro, surgiu após um caso de feminicídio em Montreal, no Canadá, em 1989, com lançamento oficial no Brasil em 2001 (INSTITUTO PAPAI, 2010) . Para tanto, o conceito de violência contra as mulheres é definido como:

Qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais para as mulheres, inclusive ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade, seja em vida pública ou privada (OPAS)<sup>8</sup> .

Nesse sentido, as duas imagens apresentadas retratam mulheres brancas sendo vítimas de violência. Entretanto, isso não seria algo fiel à realidade de Alagoas, na medida que se colocou apenas mulheres brancas como forma de representar a violência contra as mulheres no Estado, pois segundo o Mapa da Violência Contra a mulheres de Alagoas (2021) a taxa de homicídio em relação à raça foi de 89% para mulheres negras e 9% para mulheres brancas.

Esses tipos de representações que produzem sentidos sobre as mulheres a partir de uma visão generalista e hegemônica vêm muito da ideia de sujeito universal mulher que propõe a existência de conceitos únicos que podem definir quem e o que é ser mulher. Esses pressupostos universalizantes acabam inviabilizando outros tipos de mulheres e vivências que fogem do padrão hegemônico, como é o caso das mulheres negras que são a maior quantidade de vítimas de violências, e, mesmo assim, não estão presentes nos espaços de representação (AKOTIRENE, 2020), como nessa campanha produzida pela SEMUDH-AL.

---

<sup>8</sup> Organização Pan-Americana da Saúde.

Outro fato que também chama a atenção nas publicidades é a sua narrativa que se volta para referências familiares com o objetivo de impedir a violência por parte dos homens quando cita: “Poder ser sua irmã, sua tia, sua prima”. Esse discurso está muito voltado para a inerente relação de dominação que a figura masculina exerce sobre a feminina, devido a sociedade patriarcal em que vivemos no qual o poder dos homens fica acima das necessidades das mulheres, assim como o poder de decidir, explícito ou implicitamente, sobre sua sexualidade, reprodução, vida e morte, além de posse sobre o corpo feminino. (CAMPOS; CHAI, 2021).

Assim, a publicação faz uma tentativa de trazer para o lado afetivo essa questão que está enraizada na sociedade, porém devido a essa noção de que eles têm um direito político, e, além disso, um direito sexual que acarreta um acesso amplo e livre ao corpo das mulheres, eles também possuem a tentativa de controlar as que estão perto, gerando uma sensação de preciosismo por parte dos homens (CAMPOS; CHAI, 2021). Também é importante ressaltar que violência doméstica não acontece apenas no aspecto conjugal, mas se dá também no contexto familiar, pois podem vitimar filhas, netas, amantes, sogras, avós, enteadas etc. (CUNHA; PINTO, 2007).

Em relação à segunda publicação, sua narrativa se direciona para a cultura machista que acontece nas relações entre homens, quando diz: “É seu amigo, mas a integridade física dela vem em primeiro lugar”. De acordo com Campos e Chai (2021) existe um pacto masculino que, devido a fatores históricos como a colonização, legitimou a manutenção de desigualdades e a submissão das mulheres em relação aos homens ao longo do tempo. Nessa perspectiva, a sociedade patriarcal promove a cultura de que as mulheres são apenas objetos de satisfação sexual dos homens. Se essas mulheres tiverem outros fatores de opressão associados, essa submissão acaba ficando mais crônica, como questões de raça, classe, sexualidade, entre outros. Portanto, essa frase parece apontar para (r)existência de um pacto comunitário, ainda muito atual entre homens, que tendem a se proteger, se validarem e entenderem as mulheres como objetos seus, conseqüentemente submissas e inferiores. Por isso, parece desafiador e complexo que um homem rompa com esse pacto e denuncie a violência que outro homem exerce contra uma mulher (CAMPOS; CHAI, 2021; LIMA *et al*, 2021).

No contexto de Alagoas, segundo dados do Mapa da Violência Contra as Mulheres (2021), o município que detém a maior taxa de violência doméstica é a capital, Maceió, que obteve 43% do total de casos notificados. Também é possível perceber que a maior taxa de violência doméstica ocorre em mulheres dentro da faixa etária de 25 a 40 anos, totalizando 48%. Ainda assim, o maior percentual de vítimas são mulheres negras, totalizando 74% dos registros.

Tem também os dados sobre casos de estupro que pode ser definido como: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (BRASIL, 2009), no qual 51% dos casos ocorrem com mulheres dos 18 aos 25 anos e, interseccionando com as questões raciais, 68% das mulheres vítimas são negras (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2021). De acordo com Paula Lopes, representante da ONG Centro de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM), em entrevista ao G1 (2022), relata que a maioria dos casos de violência vem de parceiros inconformados com o término de relacionamentos, a entrevistada acrescenta ainda:

Podemos dizer que os homens estão mais violentos, e as mulheres não estão mais tolerando tanta violência. Hoje existe mais informação e elas estão rompendo com o ciclo, só que esses homens não aceitam e, através da morte, eles conseguem silenciar uma mulher (G1, 2022)<sup>9</sup>.

Dessa forma, podemos perceber que a maioria das pessoas autoras de violência são homens que possuem a perspectiva de posse das mulheres, e se sentem no direito de invadir sua integridade física, mental e material, quando isso não é correspondido.

Algo que é bem retratado nas duas campanhas são homens silenciando com a mão as duas mulheres que estão perceptivelmente assustadas. Um exemplo da forma como as mulheres são afetadas pelo patriarcado em Alagoas e que essa violência ainda é algo muito presente na nossa sociedade, e ainda há uma extensa espera pela condenação dos autores de violência, os quais, na maioria das vezes, acabam não sendo punidos. Podemos nos perguntar o que resta para as mulheres, além da dor, humilhação e sofrimento? (LIMA, 2021)

---

<sup>9</sup>

Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2022/12/05/alagoas-tem-mais-feminicidios-de-janeiro-a-novembro-de-2022-que-o-registrado-em-todo-o-ano-de-2021.ghtml>>. Acesso em: 5 ago 2023

Ainda temos muito a percorrer em relação ao combate à violência contra as mulheres e é urgente a necessidade de fortalecer e propagar os contatos de redes de assistência a mulheres em situação de violência, como canta Elza Soares (2015), em sua música “Maria da Vila Matilde” que cita a importância de se atentar aos números de referência como o disque 180 que é um portal especializado para receber denuncia de casos de violência contra a mulher nacionalmente:

Cadê meu celular? Eu vou ligar prum oito zero  
Vou entregar teu nome e explicar meu endereço  
Aqui você não entra mais  
Eu digo que não te conheço [..]  
Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim  
'Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim  
'Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim  
'Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim (SOARES, 2015).

### 3.3 Campanhas destinadas à discussão sobre padrões de gênero e corpo feminino

Figura 7 - Entendendo sobre Expressão de Gênero (27/06/2022)



Fonte: Instagram Semudh.al, 2022<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/semudh.al/>. Acesso em: 18/04/2023.

A figura 7, foi uma imagem produzida em alusão ao mês do orgulho LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Intersexo entre outros). É a figura capa de uma série de imagens informativas, com o título: “Entendendo sobre expressão de gênero”. Essa frase aparece bem no centro da imagem com cada letra de uma forma e cor diferente em estilo de colagem.

Essa capa possui uma figura feminina ao fundo, com cabelos cacheados e castanhos, no lugar dos olhos e da boca em formato de colagem, apresenta um olho castanho e uma sobrancelha volumosa, já na boca aparece uma pessoa sorrindo e ela possui um bigode. No canto inferior direito aparece o símbolo do Governo de Alagoas, e embaixo aparece o nome da SEMUDH. No canto superior esquerdo tem a frase “mês do orgulho”, na cor preta.

A imagem inicia a discussão sobre gênero e o corpo feminino que pode estar presente em diversos contextos e recortes interseccionais. Apresentando uma proposta de debate sobre as formas de expressar o gênero, tendo em vista que o conceito de gênero por muito tempo esteve diretamente associado a uma lógica biologicista, no qual gênero (feminino e masculino) e o sexo biológico eram vistos como intrinsecamente ligados. Logo mais, foi percebido uma distinção entre esses dois conceitos, onde gênero se torna um campo aberto à interpretação múltipla do sexo, ou seja, são os significados construídos culturalmente pelo corpo sexuado. (BUTLER,1990).

Assim, é possível perceber na publicação aspectos que envolvem o que é ser mulher na sociedade, quando apresenta dilemas que muitas mulheres precisam enfrentar na busca por desassociar os conceitos de gênero e sexo, quando coloca um rosto feminino com traços ditos “masculinos” para sociedade.

Dessa forma, quebrar padrões através de perspectivas dissidentes de gênero se transforma em uma tarefa extremamente desafiadora, principalmente para pessoas da comunidade LGBTI+, e especificamente as mulheres trans e travestis que lutam diariamente contra a transfobia e o machismo, devido a suas expressões de gênero, por possuir corpos que são vistos como desviantes do padrão (CRUZ, 2019).

Leticia Nascimento (2021) abre a discussão sobre o conceito de transfeminismo, que seria o feminismo reivindicado por corpos que divergem da cis-heteronormatividade. Ela cita que as mulheres trans e travestis ocupam um

espaço de não lugar, de não existência dentro da sociedade, o que ela chama de *outsiders*<sup>11</sup> do CISTema sexo-gênero-desejo:

Como mulheres transexuais e travestis, os deslocamentos das outreridades se movem de modo a produzir a vulnerabilização de nossas existências. Nossas outreridades estão além; somos, de certa maneira, o Outro do Outro do Outro, uma imagem distante daquilo que é determinado normativamente na sociedade como homem e mulher (NASCIMENTO, 2021, p. 35).

As travestis são uma das classes mais marginalizadas e vulnerabilizadas dentro da comunidade LGBTQ+, como apontam os dados, sendo o Brasil o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, de acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2022). Isso, ocorre devido a extrema opressão do machismo e transfobia, resultando em discriminação e estigmatização dessas pessoas em diversos segmentos sociais.

Além da falta de construção de políticas públicas voltadas para essa população, o resultado dessa marginalização social aparece em forma de violência, em falta de oportunidades de emprego, em exclusão social, em dificuldade de acesso a instituições de ensino, intolerância religiosa, falta de subsídios básicos, entre outros, restando por muitas das vezes o trabalho como profissional do sexo (CRUZ, 2019; NASCIMENTO, 2021).

Além disso, como já destacamos, é necessário entender as opressões a partir de uma perspectiva interseccional, a fim de pensar os entrelaçamentos de questões de violência contra as mulheres e pessoas LGBTQ+ que perpassam a vida das mulheres trans e travestis. Contudo, elas possuem uma questão singular que é a luta contra a colonialidade de gênero, que é uma lógica cis-heteronormativa voltada para a valorização de padrões binários de gênero, e ainda assim as concepções universais do que é ser mulher. Por isso é importante entender como essas opressões foram constituídas e que caminhos é possível percorrer para conseguir combater as violências e construir alianças (NASCIMENTO, 2021).

Trazendo para o cenário local, Alagoas é o 8º estado que mais mata travestis e transexuais no Brasil de acordo com os últimos dados da ANTRA (2022). Isso reflete muito na urgência em conscientizar a população do Estado para as necessidades das pessoas trans e travestis, além de construir políticas públicas que tragam garantias de direitos para elas, e da ampliação de serviços de saúde

---

<sup>11</sup> Indivíduos que não pertencem a um grupo determinado.

voltados para essa comunidade. Essa é uma temática que me atravessa muito por estar em um estágio no Espaço trans do Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes (HUPAA), em que consigo perceber de perto a falta de incentivo por parte dos órgãos públicos, de conhecimento pela população local e a discriminação que essas pessoas passam todos os dias apenas por serem quem são.

Os desafios são inúmeros quando falamos sobre luta por direitos das pessoas trans e travestis e contra os padrões cis-heteronormativos. Dessa forma, entender sobre as construções sociais de gênero a partir de perspectivas dissidentes é imprescindível para a promoção de debates e questionamento acerca das concepções atuais. É com essa perspectiva que Jup do Bairro, uma cantora e multiartista preta e travesti, traz em sua música “O que pode um corpo sem juízo?” – um convite para pensar as diversas possibilidades de ser, resgatando a potência dos corpos:

O que pode um corpo sem juízo?  
Quando saber que um corpo abjeto se torna um corpo objeto e vice-versa?  
Não somos definidos pela natureza assim que nascemos  
Mas pela cultura que criamos e somos criados  
Sexualidade e gênero são campos abertos  
De nossas personalidades e preenchemos  
Conforme absorvemos elementos do mundo ao redor  
Nos tornamos mulheres ou homens, não nascemos nada  
Talvez nem humanos nascemos  
Sob a cultura, a ação do tempo, do espaço, história  
Geografia, psicologia, antropologia, nos tornamos algo  
Homens, mulheres, transgêneros, cisgêneros, heterossexuais  
Homossexuais, bissexuais, e o que mais quisermos  
Pudermos ou nos dispusermos a ser  
O que pode o seu corpo?  
(Bairro, 2020).

#### **4. Considerações finais**

A forma como as campanhas publicitárias do instagram da SEMUDH-AL aborda as temáticas, explorando todos os aspectos da imagem para transmitir as mensagens, nos possibilitou refletir acerca de algumas questões que consideramos relevantes e destacamos a seguir. Na figura 1, 2 ,3 e 4 conseguimos perceber diversos aspectos que se assemelham com as mulheres alagoanas, através do resgate da tradição das marisqueiras, e que faz parte do dia a dia de diversas mulheres que trabalham para buscar um sustento para a sua família.

Além disso, é de fundamental importância as apresentações feitas das religiões do Estado, como mostrou a figura 3, tendo em vista a diversidade existente e a discriminação histórica que ocorre com as religiões de matriz africana. Fazer essas apresentações através da publicação é de certa forma colocar luz para acontecimentos como a Quebra de Xangô, em que boa parte da população não conhece a respeito.

Percebemos também a importância de colocar mulheres como figuras de representação do Estado não só no dia internacional das mulheres, como foi o caso da publicação, mas de modo diário e contínuo dentro das instituições. Assim, é relevante entender o papel da interseccionalidade como forma de refletir sobre os processos de subjetivação das mulheres que estão atravessados por raça, classe, deficiência, geração, religiosidade etc., e pensar sobre os locais que essas mulheres estão sendo representadas.

As publicações funcionam como reflexo das demandas da sociedade, principalmente no que diz respeito às mulheres em situação de violência, como mostram as figuras 5 e 6. Essa é uma demanda urgente dentro do Estado, por isso é imprescindível trazer publicações que promovam reflexões acerca das condições de desigualdade de poder entre homens e mulheres existentes na sociedade, e tentem romper com os padrões e práticas exercidas pelo sistema patriarcal.

Ainda assim, trazer apenas mulheres brancas nas publicações como vítimas de violências também diz muito sobre como as opressões ocorrem, visto que por muitas vezes as mulheres negras e pobres, que são a maior parte da população que sofre as violências, nem são vistas enquanto mulheres elegíveis de serem protegidas, de acessarem as redes de proteção, de irem às delegacias e denunciarem. Por isso é importante trazer além de campanhas de conscientização contra a violência contra as mulheres, também informações de instituições e contatos da rede de assistência para quem estiver passando por esse tipo de violência.

Nesse sentido, a Figura 7 pareceu mostrar a necessidade de buscar conscientizar as pessoas sobre as questões que envolvem a população trans e travesti, pois, são a comunidade mais afetada pelo preconceito e pelos padrões de gênero. Entendendo que existem diversas mulheres trans no estado que estão sendo vítimas de diversos tipos de violência e a necessidade de políticas públicas que assegurem o direito dessa população.

A forma como a imagem é apresentada, fazendo uma brincadeira de sobreposição entre os rostos ditos femininos e masculinos, parece trazer espaço para refletir sobre como os padrões binários de gênero ainda são vistos como algo distinto, separados um do outro e encobertos de normas e condutas. Romper com esses padrões e ser um corpo que foge do que é esperado pela sociedade cis/hetero/patriarcal é extremamente dolorido visto que se transforma em um corpo vulnerável a diversas violências, como apontam os dados da ANTRA (2022), e ao mesmo tempo libertador, como a sensação representada na letra de Jup do Bairro (2020).

Escrever este trabalho me tocou de diversas formas, pois eu enquanto mulher branca, cis e alagoana, estudante e estagiária de serviços de saúde, me identifiquei bastante com as publicações, e consegui perceber a importância da interseccionalidade para traçar as encruzilhadas produzidas pelos caminhos das águas dos atlânticos como cita Akotirene (2020).

Pois, muitas vezes a forma como a sociedade lê as mulheres parece refletir muito nos lugares que elas são representadas e acredito que é uma construção contínua que envolve muita autocrítica por parte das instituições, que nos convida a prática fundamental de ouvir a população para suas demandas e construir junto com ela, de modo compartilhado, as possibilidades de atendê-las e cuidá-las.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2020

ANTRA. **Dossiê: Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais brasileiras em 2021**, 2022. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2023.

BORGES, Jussara; LESSA, Bruna; OLIVEIRA, Lídia. **O papel dos sites de redes sociais nas estratégias comunicativas de organizações da sociedade civil de Salvador-Bahia-Brasil**. Observatório, 2014. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Lidia-Oliveira/publication/292623449\\_The\\_role\\_of\\_social\\_networking\\_sites\\_in\\_communicative\\_strategies\\_of\\_civil\\_society\\_organizations\\_in\\_Salvador-Bahia-Brazil/links/5924145c458515e3d40e7edd/The-role-of-social-](https://www.researchgate.net/profile/Lidia-Oliveira/publication/292623449_The_role_of_social_networking_sites_in_communicative_strategies_of_civil_society_organizations_in_Salvador-Bahia-Brazil/links/5924145c458515e3d40e7edd/The-role-of-social-)

[networking-sites-in-communicative-strategies-of-civil-society-organizations-in-Salvador-Bahia-Brazil.pdf](#)>. Acesso em: 29 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009**. Institui o Crime de Estupro. Brasília, DF, Diário oficial da união, 2009.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. coibir a Violência Doméstica e Familiar. Brasília, DF, Diário oficial da união, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CALDAS, Jurema; VASCONCELOS, Liliane. **Compleitude e oscilações do olhar: performance de lemanjá à beira mar do Rio Vermelho, Salvador-Ba**. UNICAMP, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8667742>> . Acesso em: 28 set. 2023.

CAMPOS, Danielly Thays; CHAI, Cássius Guimarães. **Onde estão as raízes da opressão contra as mulheres? uma análise do patriarcado como fonte de violência ao feminino**. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Cassius-Chai-2/publication/346477030\\_ONDE\\_ESTAO\\_AS\\_RAIZES\\_DA\\_OPRESSAO\\_CONTRA\\_A\\_MULHER\\_UMA\\_ANALISE\\_DO\\_PATRIARCADO\\_COMO FONTE\\_DA\\_VIOLENCIA\\_AO\\_FEMININO/links/627707fd973bbb29cc6bc934/ONDE-ESTAO-AS-RAIZES-DA-OPRESSAO-CONTRA-A-MULHER-UMA-ANALISE-DO-PATRIARCADO-COMO-FONTE-DA-VIOLENCIA-AO-FEMININO.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Cassius-Chai-2/publication/346477030_ONDE_ESTAO_AS_RAIZES_DA_OPRESSAO_CONTRA_A_MULHER_UMA_ANALISE_DO_PATRIARCADO_COMO FONTE_DA_VIOLENCIA_AO_FEMININO/links/627707fd973bbb29cc6bc934/ONDE-ESTAO-AS-RAIZES-DA-OPRESSAO-CONTRA-A-MULHER-UMA-ANALISE-DO-PATRIARCADO-COMO-FONTE-DA-VIOLENCIA-AO-FEMININO.pdf)>. Acesso em 20 set. 2023.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2021

MESSEDER, Suely Aldir. **A pesquisadora encarnada: uma trajetória decolonial na construção do saber científico blasfêmico**. HOLLANDA, HB. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

CRUZ, Jessika Villalon Sousa. **TRAVESTIS E TRANSEXUAIS: CORPOS SAGRADOS, CORPOS MARGINALIZADOS**. Realize, 2019. Disponível em:<[https://www.editorarealize.com.br/editora/ebooks/cinabeh/2021/ebook1/TRABALHO\\_COMPLETO\\_EV149\\_MD1\\_SA18\\_ID232\\_20032021141453.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/ebooks/cinabeh/2021/ebook1/TRABALHO_COMPLETO_EV149_MD1_SA18_ID232_20032021141453.pdf)>. Acesso em: 03 set. 2023.

CUNHA, Rogério; PINTO, Ronaldo. **Violência doméstica**. Lei Maria da Penha, 2007. Disponível em:<[https://www.editorajuspodivm.com.br/media/juspodivm\\_material/material/file/JUS2538-Degustacao.pdf](https://www.editorajuspodivm.com.br/media/juspodivm_material/material/file/JUS2538-Degustacao.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2023.

DINIZ, Ribamar. **QUEM SÃO E O QUE CREÊM AS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ?**, 2018.Disponivel em:<[https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/57053987/QUEM\\_SAO\\_E\\_O\\_QUE\\_CRE](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/57053987/QUEM_SAO_E_O_QUE_CRE)

[EM AS TESTEMUNHAS DE JEOVA-libre.pdf?1532346576=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DQUEM\\_SAO\\_E\\_O\\_QUE\\_CREEM\\_AS\\_TESTEMUNHAS\\_DE.pdf&Expires=1696462516&Signature=P1SZ2FQ5IRt4nQZUtetAmqYT6Trnxvnhro76WahUPp3S-RLI5WuAFNVaeQsZjBpzelluTVTNLXWdFDcrFR-ZLXiAdwUkMx4DotvG1rDxCPWjyTp5TpkUICce9STS4EI~aaTpyK8ex4PRJaDsQPmhH7GlgdfKBWtaqtjLpu~SAOnQgsL2Nu0OW5o14zlpw4vSq9QgPo23D46XZgR6SuCYS54cWNMZ8AmRUqDGTJr7hhm~7KK1xr19EC9hp0aKaXss1~7s~d3RYxfdYOIbMifOQU~Kgb93a10OODH8-iMPJrz0JsJqozPa1X7fW6Z6TtRUSJWLWIqxM5UcaACYpE-y2g&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://www.scribd.com/document/1532346576/EM-AS-TESTEMUNHAS-DE-JEOVA-libre.pdf?1532346576=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DQUEM_SAO_E_O_QUE_CREEM_AS_TESTEMUNHAS_DE.pdf&Expires=1696462516&Signature=P1SZ2FQ5IRt4nQZUtetAmqYT6Trnxvnhro76WahUPp3S-RLI5WuAFNVaeQsZjBpzelluTVTNLXWdFDcrFR-ZLXiAdwUkMx4DotvG1rDxCPWjyTp5TpkUICce9STS4EI~aaTpyK8ex4PRJaDsQPmhH7GlgdfKBWtaqtjLpu~SAOnQgsL2Nu0OW5o14zlpw4vSq9QgPo23D46XZgR6SuCYS54cWNMZ8AmRUqDGTJr7hhm~7KK1xr19EC9hp0aKaXss1~7s~d3RYxfdYOIbMifOQU~Kgb93a10OODH8-iMPJrz0JsJqozPa1X7fW6Z6TtRUSJWLWIqxM5UcaACYpE-y2g&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA). Acesso em: 1 out. 2023.

DO BAIRRO, Jup. O que pode um corpo sem juízo? *In*: DO BAIRRO, Jup. ***Corpo sem Juízo***. Sony Music, 2020.

DOS SANTOS, Irineia. “**De quilombos e de xangôs**”: cultura, religião e religiosidade afrobrasileira em Alagoas (1870-1911). *Mneme-Revista de Humanidades*, v. 15, n. 34, p. 83-121, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/5418>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SALES, Theo. **A resistência da religiosidade de Matriz Africana em Alagoas**. *Jornalismo Júnior*, 2020. Disponível em: <<http://jornalismojunior.com.br/a-resistencia-da-religiosidade-de-matriz-africana-em-alagoas/>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

G1. **Alagoas tem mais feminicídios de Janeiro a Novembro de 2021 do que em todo ano de 2021**. [Entrevista concedida a] Vivi Leão. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2022/12/05/alagoas-tem-mais-feminicidios-d-e-janeiro-a-novembro-de-2022-que-o-registrado-em-todo-o-ano-de-2021.ghtml>>. Acesso em: 05 ago. 2023.

G1. **Conheça o Sururu: uma iguaria que é patrimônio imaterial de Alagoas. 2021**. Disponível em: <[https://www.google.com/url?q=https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/07/17/conheca-o-sururu-uma-iguaria-que-e-patrimonio-imaterial-de-alagoas.ghtml&sa=D&source=docs&ust=1697322486273649&usq=AOvVaw2xU0mCckbDv3rUI\\_pCCUOr](https://www.google.com/url?q=https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/07/17/conheca-o-sururu-uma-iguaria-que-e-patrimonio-imaterial-de-alagoas.ghtml&sa=D&source=docs&ust=1697322486273649&usq=AOvVaw2xU0mCckbDv3rUI_pCCUOr)>. Acesso em: 15 out. 2023.

IBGE. **Censo 2010: Amostra- Religião**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pesquisa/23/22107>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

INSTITUTO PAPAI. **Campanha Brasileira do Laço Branco: Homens pelo fim da violência contra a mulher**. 2010. Disponível em: <[https://www.papai.org.br/antigo/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=560&impressa](https://www.papai.org.br/antigo/conteudo/view?ID_CONTEUDO=560&impressa)>. Acesso em: 15 out. 2023.

LIMA, Sara. **Violência contra as mulheres: uma reflexão das desigualdades Patriarcais de gênero no corpo e na alma das mulheres**. UFAL, 2021. Disponível

em:<<https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/8331>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

MILANI, Ana Maria; OLIVEIRA, Rejane. **Cooperativismo no bairro Vergel do Lago na Lagoa Mundaú- Maceió, Alagoas e a criação da cooperativa de trabalho das marisqueiras mulheres guerreiras (COOPMARIS)**. PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho, v. 22, n. 2, p. 263-280, 2021. Disponível em:<<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/847>>. Acesso em: 5 jun. 2023.

SSP/AL. **Mapa da Violência Contra as Mulheres de Alagoas de 2021**. Mulher segura, 2022. Disponível em:<<http://mulheressegura.seguranca.al.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/Mapa-da-Viol%C3%Aancia-Contra-a-mulheres-Alagoas-2021.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2023.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. 1. ed. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OPAS. **Violência contra as mulheres**. Disponível em:<<https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women#:~:text=As%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas%20definem%20a,em%20vida%20p%C3%ABlica%20ou%20privada%2>>. Acesso em: 19 jul. 2023.

RAGO, Margareth. **As mulheres na historiografia brasileira**. Cultura histórica em debate. São Paulo: UNESP, 1995. Disponível em:<[https://historiacultural.mpbnet.com.br/artigos.genero/margareth/RAGO\\_Margareth-as\\_mulheres\\_na\\_historiografia\\_brasileira.pdf](https://historiacultural.mpbnet.com.br/artigos.genero/margareth/RAGO_Margareth-as_mulheres_na_historiografia_brasileira.pdf)>. Acesso em: 14 mai. 2023

SEMUDH-AL. **Institucional: Competências da secretaria**. Disponível em:<<http://www.mulheresdireitoshumanos.al.gov.br/institucional>>. Acesso em: 18 abril 2023.

SILVA, Edna. **Jogadora Marta e o drible no machismo: um estudo do discurso jornalístico sobre as mulheres no esporte**. 2020. Disponível em:<<https://repositorio.uces.br/xmlui/handle/11338/6910>>. Acesso em 29 set. 2023.

SOARES, Elza. Maria da Vila Matilde. *In*: SOARES, Elza. **Mulher do Fim do Mundo**. CIRCUS, 2015.

Visão Mundial. **Marisqueiras | Visão Mundial**. Youtube, 2017. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=ynLB49b51YE>>. Acesso em: 5 jul. 2023.